PARECER JURÍDICO N.º 10 / CCDD-LVT / 2011

Validade • **Válido**

JURISTA

ANA CRISTINA AZINHEIRO

ASSUNTO **OUTROS– ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR**

QUESTÃO

- *A autarquia pretende saber se, atendendo ao disposto no Decreto-lei nº 212/2009, de 3 de Setembro, poderá manter os acordos de colaboração/protocolos com diversas entidades tendo em vista assegurar as actividades de enriquecimento extracurricular ou se terá que recrutar directamente os técnicos que irão assegurar o desempenho dessas actividades que foram transferidas para o município por via do contrato de execução celebrado com o Ministério da Educação.*

(Outros: Actividades de enriquecimento curricular)

PARECER

Na sequência da publicação do [Decreto -Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho](#), com o objectivo de obter avanços na qualidade das aprendizagens dos alunos, veio a operar-se uma efectiva descentralização, para os municípios, de competências em matéria de educação.

No âmbito dessa descentralização foram abrangidas as atribuições em matéria de actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo, designadamente, o ensino do inglês e de outras línguas estrangeiras, a actividade física e desportiva, o ensino da música e outras expressões artísticas e actividades organizadas pelas escolas.

Foi, exactamente, nesse contexto que o [Decreto Lei nº 212/2009, de 3 de Setembro](#) veio prever a possibilidade dos municípios poderem, na sequência de um processo de selecção, celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo, a tempo integral ou parcial, com profissionais especialmente habilitados para o efeito, tendo em vista assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das actividades de enriquecimento curricular.

O objectivo, tal como resulta expressamente do preâmbulo deste diploma, foi, não só o de disciplinar o procedimento aplicável ao recrutamento dos técnicos que preencham os requisitos considerados indispensáveis para desempenhar as funções que se enquadrem no âmbito daquelas actividades de enriquecimento curricular, *mas também o de consagrar um procedimento célere que, considerando o interesse dos alunos e das escolas e, bem assim, salvaguardando a estabilidade laboral dos técnicos a contratar, permitisse, de forma expedita mas rigorosa, assegurar o rápido e eficaz desempenho daquelas actividades (n/italico).*

Observamos por último, atendendo ao âmbito de aplicação do diploma, que o mesmo é aplicável a todos os técnicos que venham a prestar funções no âmbito das actividades extracurriculares desenvolvidas pelos municípios, ainda que estes não tenham celebrado contratos de execução, cfr nº1 do artigo 2º do DL nº 212/2009, de 3 de Setembro.

CONCLUSÃO

Atentos os objectivos definidos no diploma e considerando o princípio da igualdade, que deve presidir a contratação de todos os técnicos que prestam funções no âmbito das actividades extracurriculares, entendemos que o Município deverá assegurar o respectivo recrutamento em obediência às regras estabelecidas no DL nº 212/2009, de 3 de Setembro.

LEGISLAÇÃO

- Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho
- Decreto-lei nº 212/2009, de 3 de Setembro